



Orientações quanto ao aleitamento materno no período do pré-natal ofertado para gestantes: Uma revisão bibliográfica

Guidance on breastfeeding in the prenatal period offered to pregnant women: A literature review

DOI: 10.56238/isevjhv2n4-013

Recebimento dos originais: 05/07/2023

Aceitação para publicação: 27/07/2023

Bruna Almeida Morais

Acadêmica de Fisioterapia – UNEC

E-mail: bruna.nuk@hotmail.com

Kelly Ferreira de Oliveira

Acadêmica de Fisioterapia – UNEC

Patrícia Alves da Silva

Acadêmica de Fisioterapia – UNEC

Ana Paula da Conceição Borges

Acadêmica de Fisioterapia – UNEC

Patrícia Brandão Amorim

Coordenadora do curso de Fisioterapeuta – UNEC

E-mail: brandaoamorim@hotmail.com

RESUMO

Introdução: A amamentação é a melhor maneira de proporcionar o alimento ideal para o crescimento saudável e o desenvolvimento dos recém-nascidos. Contudo observa-se que existe uma tendência latente ao desmame precoce e ao aleitamento misto, tornando esse um problema de saúde pública. **Objetivo:** O objetivo desse trabalho é esclarecer a importância da amamentação exclusiva, bem como o papel do profissional da saúde para promover a amamentação e apresentar dados da OMS sobre esse tema. **Metodologia:** Este é um trabalho de revisão bibliográfica de caráter descritivo que teve como embasamento teórico artigos publicados no período de 2013 a 2023, onde foram selecionados os mais importantes para ser discutidos aqui. **Resultados:** De acordo com as informações abordadas nos artigos, o aleitamento materno exclusivo tem uma importância muito grande para a saúde do bebê, nota-se também a falta de transferência adequada de informações acerca dessa importância para as mães no período de pré-natal. **Conclusão:** Com a realização do presente estudo ficou evidente o fato de que apesar das recomendações da Organização Mundial da Saúde, em especial no que diz respeito a amamentação exclusiva, a realidade no Brasil está longe de atingir os números mínimos de gestantes que optam por amamentar após o período gestacional

Palavras-chave: Aleitamento materno, SUS, Orientações.

1 INTRODUÇÃO

Com o acúmulo de evidências sobre os benefícios do aleitamento materno exclusivo, a Organização Mundial da Saúde recomenda que as crianças sejam amamentadas exclusivamente por seis meses e que a criança receba a alimentação complementar e o leite materno dos seis meses até os 24 meses de idade. A OMS também evidencia que são necessários estudos para avaliar o risco da deficiência de micronutrientes, especialmente em crianças susceptíveis. No Brasil, nas últimas décadas, vem ocorrendo aumento na duração do aleitamento materno. No entanto, expressiva parcela dos lactentes é desmamada precocemente (BOCCOLINI *et al.*, 2017).

O ato de amamentar é uma tarefa difícil para muitas mulheres, pois além de todas as dificuldades com o manejo clínico, ainda existe a ansiedade gerada pelo tempo que consideram perder ao amamentar (CABRAL *et al.*, 2013). Nessa situação, na vida da mulher, o apoio é imprescindível. Mulheres entrevistadas no período puerperal, em diversos estudos acadêmicos, revelaram a necessidade de outra pessoa para ajudar, esclarecer e acompanhar; os familiares e pessoas significativas devem agir como fontes de ajuda, e os profissionais de saúde, principalmente os de enfermagem e pediatras, como fontes de informação.

Entende-se que a amamentação mesmo havendo inúmeras campanhas governamentais ainda se têm um número elevado de mães que abandonam essa prática antes dos seis meses, sendo assim, é perceptível que esse é um grande problema de saúde pública, isso porque a ausência de amamentação exclusiva nos primeiros meses de vida da criança pode trazer-lhes sérios problemas de saúde. Discutir sobre a prática da enfermagem nas ações que envolvem o aleitamento materno é imprescindível para romper com paradigmas sociais que se perpetuam e comprometem a amamentação exclusiva até os seis meses de vida da criança.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Lima *et al.* (2013), o aleitamento materno constitui prática que envolve aspectos biológicos, emocionais, culturais e sociais. Atualmente, o incentivo ao aleitamento materno se apresenta como ação multidisciplinar utilizada pelos trabalhadores da área de saúde para o sucesso da amamentação. Visando oferecer suporte ao aleitamento materno, esses trabalhadores se importam em compartilhar seus benefícios, como criação de vínculo entre a mãe e o bebê, prevenção de doenças, valor nutricional, estímulo para o desenvolvimento global da criança, entre outros.

2.1 PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO

De acordo com o Ministério da Saúde a Atenção Primária a Saúde (APS) é o ponto de atenção estratégico para acompanhamento durante a gravidez (BRASIL, 2013). O período do pré-natal se faz importante tanto para a parte materna quanto para a fetal, pois apresenta um papel fundamental na prevenção e/ou detecção precoce de patologias, assegurando uma gestação saudável fisicamente e emocionalmente. Um dos principais objetivos do acompanhamento pré-natal é proporcionar acolhimento à gestante desde o início de sua gestação, pois é um momento em que ela passa por um período de grandes mudanças físicas e emocionais, além de dar assistência em todas as suas necessidades. É de grande importância salientar que este período é vivenciado por cada mulher de forma distinta, cada uma vive essa experiência de uma forma única. (AUBIN, 2014).

O pré-natal é um período oportuno para que o profissional enfermeiro oriente as gestantes quanto à importância do AM e as dificuldades que poderão enfrentar durante o processo de lactação (RUFINO, 2014). As abordagens acerca do AM durante o pré-natal são decisivas para a prática de amamentar e sua duração, visto que as mulheres devem construir nesse período a compreensão que influenciará no sucesso da amamentação. A educação e o preparo das mulheres possuem uma boa atuação no sentido de promover, proteger e apoiar a amamentação exclusiva até os seis meses de vida da criança (MACEDO *et al*, 2015).

Para Ferreira *et al* (2013), a promoção do aleitamento materno durante a gestação possui impacto positivo e relevante, especialmente, às mães primíparas. As atenções e orientações direcionadas às mulheres sobre o percurso da amamentação são fatores necessários e instigantes para a promoção e prevenção de possíveis intercorrências durante o processo de amamentação, e sua prática deve começar desde o pré-natal até o puerpério.

De acordo com Giuliani (2015), a calma e a confiança da mãe em sua capacidade de amamentar o filho são muito importantes no sucesso e na manutenção da lactação. Porém, a técnica de amamentação incorreta faz com que a criança não consiga tirar leite o suficiente, o que leva a irritação e choro do bebê, provoca fissuras nas mamas que causam dor e lesões, deixando a mãe ansiosa, nervosa e tensa que acaba por desistir de dar o peito.

Todas as mães podem amamentar desde que tenham informações precisas e apoio dentro de suas famílias, comunidade, do sistema de saúde e auxílio qualificado de profissionais de saúde treinados, especializados, para aumentar a sua confiança (MOREIRA e MURARA, 2013).

2.2 IMPORTÂNCIA DA AMAMENTAÇÃO

A amamentação estabelece e potencializa o vínculo mãe - filho, além de ser a principal fonte de alimentação do bebê recém-nascido. Mas foi na década de 1970 que o aleitamento materno foi ganhando mais evidência quanto à qualidade de vida dos bebês diante de pesquisas internacionais, já que no Brasil os estudos estavam mais voltados às fórmulas que poderiam substituir o leite materno, não levando em consideração os benefícios imunológicos da lactação natural (REGO, 2015.)

Para Azevedo *et al* (2015), nos últimos 30 anos, o Brasil tem promovido ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, tendo em vista aumentar os índices de aleitamento exclusivo e complementar no país e inibir o desmame precoce. Em 1981, foi instituído o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM), na tentativa de intervir na mortalidade infantil (Furtado & Assis, 2018).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) a amamentação deve iniciar ainda na sala de parto na primeira hora de vida, e ser mantida na forma de aleitamento materno exclusivo (AME) sem adicionar qualquer tipo de alimento sólido/semissólido ou líquidos nos primeiros 6 meses de vida, após esse período poderá ser introduzido alimentos adequados, mantendo a amamentação por dois anos ou mais.

É possível encontrar várias evidências disponíveis sobre os benefícios da amamentação em curto prazo, em destaque a diminuição da morbimortalidade infantil ao se associar com menos episódios de diarreias, infecções respiratórias agudas e outras enfermidades infectocontagiosas e alergias. De acordo com Nunes (2015), estima-se que o aleitamento materno conseguiria prevenir 13% de todos os óbitos por doenças evitáveis em crianças menores de 5 anos em todo o mundo. Segundo estudo de avaliação de risco, nos países em desenvolvimento poderiam ser salvas 1,47 milhões de vidas por ano se a recomendação do AME por 6 meses e complementada por 2 anos ou mais fosse cumprida. Nenhuma outra estratégia isolada alcança o impacto que a amamentação tem na redução das mortes de crianças com idade inferior a 5 anos.

Para Boccolini *et al* (2017), o aleitamento materno é um fator essencial para o crescimento e desenvolvimento do bebê, especificamente nos primeiros seis meses de vida. Além disso, auxilia na relação afetiva entre mãe e filho, mas também no processo imunológico e psicológico. Tudo se inicia na trigésima segunda semana de gestação, pois é o momento em que o feto passa a apresentar reflexos de sucção (CASSIMIRO *et al*, 2019).

É cientificamente comprovada a superioridade do leite materno sobre outras formas de alimentar uma criança, isto posto, o aleitamento materno (AM) se apresenta como umas das

principais ações da atenção primária à saúde por contribuir para a redução da prevalência de doenças e trazer uma série de benefícios tanto para o bebê quanto para a mãe (MOURA *et al*, 2017).

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AMAMENTAÇÃO

Como estratégia para promover os benefícios do aleitamento materno, foram criadas redes de apoio como: Política Nacional de Promoção a Saúde (PNPS), Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno, Rede Cegonha, Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no SUS –Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, Programa Nacional de Assistência Integral a Saúde da Criança (PAISC), Programa de Aconselhamento em Amamentação, entre outras (Brasil, 2015).

A atuação da equipe de saúde, diante da complexa prática da amamentação, deve estar preparada para os indícios que as puérperas precisam de apoio, orientações e cuidados. Segundo Rocha *et al*, (2020) as práticas de educação em saúde são primordiais para que as dificuldades e necessidades detectadas durante a amamentação sejam passíveis de intervenção e planejadas estratégias para que as dificuldades sejam superadas.

Faz-se necessário o incentivo das políticas públicas de amamentação para assistir e orientar as mulheres, destacando a importância da amamentação, ensinando as técnicas corretas da pega, pois, geralmente elas podem ter pouca ou nenhuma habilidade diante dessa prática, o que aumenta sua vulnerabilidade nesse momento. Além disso, estudos mostram que mulheres que receberam apoio e orientações de profissionais capacitados, nas primeiras semanas após o parto sentiram-se mais seguras e alcançando maior sucesso no processo de aleitamento (ALMEIDA *et al*, 2015).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo descritivo, de caráter bibliográfico. Foi realizado um levantamento na base de dados SCIELO (Scientific Eletronic Library Online), Scholar Google e Rev. Saúde Pública do período entre 2013 e 2023, utilizando as palavras-chave: Aleitamento Materno, SUS e Orientações. Essa busca eletrônica resultou na identificação de 40 estudos sobre o tema, dos quais foi realizada uma triagem onde os principais estudos são discutidos no tópico Resultados e discussão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao realizar a triagem dos trabalhos, utilizando os critérios de abordagem do tema elucidado nesse artigo, obteve-se 4 artigos trabalhados, publicados entre os anos de 2014 e 2020. Logo abaixo é possível encontrar um resumo sobre os estudos e sua relação com o tema dessa revisão bibliográfica.

Tabela 1: Artigos que subsidiaram a discussão do estudo proposto:

Autores / Ano	Título do Artigo	Estudo	Principais conclusões
Isabela Alves Albuquerque e Walquiria Lene Dos Santos (2018)	Análise da orientação recebida pela primigesta na atenção básica sobre amamentação	Questionário subjetivo de 24 questões, aplicados dentro dos postos de saúde da cidade á 27 mulheres primigestas, no período de março a junho de 2018, na cidade de Luziânia.	As gestantes são orientadas durante o Pré-natal, mas demonstram deficiência quanto à importância do aleitamento materno.
Mayara Caroline Barbieri <i>et al</i> , (2015)	Aleitamento materno: orientações recebidas no pré-natal, parto e puerpério	Pesquisa quantitativa descritiva, realizada com 36 gestantes que frequentavam 3 UBS na cidade de Maringa – PR, no período de maio a agosto de 2009.	Mesmo recebendo orientação adequada sobre a amamentação no período de pré-natal, apenas uma parcela de 37,5% das mães que realizaram o estudo ofertou amamentação exclusiva para seus bebês.
Andressa Peripolli Rodrigues <i>et al</i> , (2014)	Fatores do pré-natal e do puerpério que interferem na autoeficácia em amamentação	Pesquisa quantitativa, transversal, realizada com 322 puérperas, no período de dezembro de 2011 a março de 2012, com um instrumento composto pela <i>Breastfeeding Self-Efficacy Scale-Short Form</i> e um formulário para caracterização das puérperas. A análise bivariada foi efetuada no <i>software Statistical Package for Social Science</i> .	A maioria das puérperas apresentou alta autoeficácia na amamentação. Ocorreu associação estatisticamente significativa da autoeficácia na amamentação com o fato de o bebê ter sido colocado para sugar após a primeira hora. A promoção da autoeficácia materna em amamentar deve ter início no pré-natal, ser estimulada precocemente na maternidade e acompanhada durante o puerpério e puericultura.
Ana Emília Meneses Bezerra <i>et al</i> , (2020)	Amamentação: o que pensam as mulheres participantes de um grupo de pré-natal?	Pesquisa social caracterizada como pesquisa participante. Foi realizado um Grupo Focal com nove gestantes que já tiveram outros filhos. Para as análises, a perspectiva das práticas discursivas e da Produção de Sentidos no Cotidiano foram trabalhadas.	São inúmeros os benefícios da amamentação para a criança, a mulher, a família e a sociedade, porém é necessário que a mulher tenha acesso a um pré-natal e uma atenção ao puerpério qualificado para que ela se sinta amparada em uma perspectiva do cuidado integral.

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com as informações abordadas nos artigos, o aleitamento materno exclusivo tem uma importância muito grande para a saúde do bebê, nota-se também a falta de transferência adequada de informações acerca dessa importância para as mães no período de pré-natal.

Ter base científica e resultados satisfatórios na saúde do bebê não são fatores suficientes para levar uma mãe a optar pela amamentação, uma vez que existem muitas crenças na população de que o leite materno é fraco e não sustenta a criança, essas ideias por serem muito difundidas, são difíceis de mudar, sendo assim, além de estar munido de informações embasadas em estudos científicos, o profissional que atende a mãe no período de pré-natal deve encontrar meios de mudar pensamentos com base na realidade da gestante, um desses meios é a difusão de que o leite materno é de graça e produzido em todo o tempo que o bebe necessita.

De acordo com Cabral *et al* (2013), a amamentação é uma função exclusiva da mulher, sendo que o leite materno contribui positivamente para o crescimento e desenvolvimento da criança, além de apresentar vantagens imunológicas, psicológicas e nutricionais.

Existe uma tendência crescente da amamentação no Brasil, porém é possível encontrar importantes desafios no sentido de acelerar o ritmo de crescimento dessa prática, rumo ao alcance das recomendações da OMS, (VENANCIO *et al.*, 2013).

Para Rocha *et al*, (2013), ter acesso a orientações sobre aleitamento materno durante a gestação e na lactação são de extrema importância para o incentivo e monitoramento da prática de aleitamento materno.

Nota-se, portanto, a importância do papel do profissional de saúde, no sentido de identificar e compreender o processo do aleitamento materno no contexto sociocultural e familiar e, a partir dessa compreensão, cuidar tanto da mãe e do filho como de sua família, bem como buscar formas para informar à população sobre a importância do aleitamento materno (MOURA *et al.*, 2017). A mãe sozinha e sem conhecimento adequado possui tendência a desistir da amamentação antes mesmo de iniciar o processo de aleitamento, se ela e sua rede de apoio tiverem acesso a um conhecimento adequado, passado com fácil entendimento, as chances de ela optar pela amamentação exclusiva aumentam consideravelmente.

A respeito do apoio ao aleitamento materno, não basta a mulher estar informada das vantagens do aleitamento materno e optar por esta prática, para levar adiante sua opção é necessário que a mulher esteja inserida em um ambiente favorável à amamentação e contar com o apoio de um profissional de saúde especializado e habilitado a ajudá-la (SOUZA *et al*, 2013).

De acordo com Frota e colaboradores (2008), o pré-natal é o melhor momento para orientar as mães sobre a prática do aleitamento materno, pois é o período de maior contato entre elas e os

profissionais de saúde, onde as mulheres oferecem confiança a eles. É nessa etapa que a gestante irá aprender as vantagens que o aleitamento materno traz, por meio das orientações recebidas, por isso o incentivo à amamentação é de grande relevância (MAIA et al, 2014).

No pré e pós-natal, procura-se o sucesso da amamentação por meio das ações e orientações acerca desse tema. Assim, Nascimento *et al*, (2013) concluíram que a satisfação das mães com o apoio recebido para amamentar tem influência direta com as orientações e o apoio recebido no pré-natal, ressaltando assim a sua importância.

O aleitamento materno é a forma ideal de alimentar crianças pequenas, pois além de protegê-las contra doenças infecciosas e ser uma importante fonte de nutrientes, promove vínculo afetivo entre mãe e filho e melhor desenvolvimento físico, cognitivo, social e psicomotor da criança. A recomendação atual da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde (MS) é para que o aleitamento materno seja até os dois anos ou mais, sendo exclusivo até os seis meses de vida e complementado a partir desta idade do bebê (BRASIL, 2015).

Portanto, cabe ao profissional de saúde compreender o aleitamento materno no contexto sociocultural e familiar e, a partir dessa compreensão, cuidar tanto da dupla mãe e bebê como de sua família. É necessário que busque formas de interagir com a população para informá-la sobre a importância de adotar práticas saudáveis de aleitamento materno. O profissional precisa estar preparado para prestar assistência eficaz, solidária, acolhedora, integral e contextualizada, que respeite o saber e a história de vida de cada mulher, e que a ajude a superar medos, dificuldades e inseguranças (BRASIL, 2015).

Desta forma, se faz necessária a capacitação permanente dos profissionais da saúde que atuam no atendimento a gestantes para que abordem adequadamente a amamentação por meio da educação em saúde. O profissional que atua na promoção do aleitamento materno, como membro de uma equipe multiprofissional, que desenvolve, entre outras, as funções de educador e promotor da saúde, deve utilizar-se de todos os recursos para a promoção, proteção e recuperação da saúde, exercendo com criatividade e competência a arte de cuidar e ensinar a cuidar. Nesta perspectiva, faz-se necessário adotar ações educativas que utilizem a problematização como estratégia para elaboração de estratégias educativas e, principalmente, busque a interação entre os membros da equipe para que seja passado para a gestante todas as informações e cuidados necessários para conseguir realizar o aleitamento de forma exclusiva.

É importante que o profissional de saúde durante essas consultas, aborde temas que serão relevantes para o sucesso da amamentação, como: perguntar a mulher se possui a intenção de amamentar, se já teve a experiência de amamentar outro filho, se teve dificuldades, explicar sobre

as vantagens de oferecer o leite materno logo após o parto, a importância da pega e posição correta, e questionar se a gestante conhece algum mito ou crença, com que faz que ela se sinta insegura para amamentar futuramente (BRASIL, 2015).

Os profissionais de saúde, em especial a enfermagem, tem grande influência na promoção do aleitamento materno, encorajando as mães a amamentar seus filhos principalmente no primeiro semestre de vida. Por mais que, nos dias atuais, exista uma grande divulgação nos meios de comunicação sobre as vantagens da amamentação, ainda se encontram muitos casos de desmame precoce. Nesse sentido, os profissionais de saúde devem intervir por meio de orientações para reverter essa realidade (ALEIXO *et al*, 2019).

Os benefícios do aleitamento devem ser passados para a genitora, sempre destacando que a amamentação também proteger as incidências de câncer de mama, diminuindo o sangramento pós-parto e minimizado o abdômen. É indispensável que o profissional forneça essas vantagens de forma simples e objetiva para o fortalecimento dos laços afetivos entre mãe e filho (ALVES, 2018).

5 CONCLUSÃO

Com a realização do presente estudo ficou evidente o fato de que apesar das recomendações da Organização Mundial da Saúde, em especial no que diz respeito a amamentação exclusiva, a realidade no Brasil está longe de atingir os números mínimos de gestantes que optam por amamentar após o período gestacional.

A amamentação é muito influenciada pela condição emocional da mulher e pela sociedade em que ela vive. Por isso, o apoio do companheiro, da família, dos profissionais de saúde, enfim, de toda a sociedade é fundamental para que a amamentação ocorra sem complicações.

Entende-se que a amamentação mesmo havendo inúmeras campanhas governamentais ainda se têm um número elevado de mães que abandonam essa prática antes dos seis meses, sendo assim, é perceptível que esse é um grande problema de saúde pública, isso porque a ausência de amamentação exclusiva nos primeiros meses de vida da criança pode trazer-lhes sérios problemas de saúde.

Através das pesquisas se tornou possível notar que as ações voltadas à promoção do aleitamento materno trazem a tentativa de convencer as mulheres a amamentar, seguindo ainda o modelo higienista que visa, sobretudo, a redução da mortalidade infantil. Desta forma, não se trata apenas de orientar ou ajudar a mulher na escolha de amamentar, mas de empreender todos os esforços para acolhê-la integralmente durante esse processo.



Porém, observou-se que ainda há limitações por parte do profissional de saúde no processo de orientações sobre a amamentação, destacando que tais atitudes devem ser reavaliadas, para se obter êxito na assistência oferecida. Entretanto, é de suma importância ressaltar que seja oferecido um apoio profissional na afirmação do contato pele a pele precoce entre mãe e filho, para a elevação de ações de cuidado e que não haja limitações por parte do profissional enfermeiro no espaço que envolva esta interação, visando um bom entendimento entre eles.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE IA, SANTOS WL. Análise da orientação recebida pela primigesta na atenção básica sobre amamentação. *Rev Inic Cient Ext.* 2018 Dez; 1(Esp): 143-7. Disponível em: <https://revistasfasesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/64/29>. Acesso em: 01 jun. 2023

ALEIXO, T. et al. Conhecimento e análise do processo de orientação de puérperas acerca da amamentação. *Rev. Enferm. UFSM*, v9, e59, p. 1-18, novembro, 2019. Disponível: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/36423/pdf>. Acesso em: 19 abr. 2020.

ALMEIDA, J. M. de.; LUZ, S. A. B.; DA VEIGA U.E.D.F. Apoio ao aleitamento materno pelos profissionais de saúde: revisão integrativa da literatura. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 33, n. 3, p. 355-362, 2015.

ALVES, T. R. M. et al. Contribuições de enfermeiros na promoção do aleitamento materno exclusivo. *Revista Rene, Natal*, v. 02, n. 330, p. 01-08, 13 nov. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38654/1/2018_art_trmalves.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.

AZEVEDO, A. R. R., ALVES, V. H., SOUZA, R. M. P., RODRIGUES, D. P., BRANCO, M. B. L. R., & CRUZ, A. F. N. (2015). O manejo clínico da amamentação: saberes dos enfermeiros. *Escola Anna Nery*, 19(3), 439-445, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/BsFg7cnYsXZrxBHsV7cd7qD/?format=pdf&lang=pt#:~:text=No%20manejo%20cl%C3%ADnico%20da%20amamenta%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20necess%C3%A1rio%20que%20o%20enfermeiro,sobre%20posicionamento%20e%20pega%20adequada%2C>>. Acesso em: 15 abr. 2023

AUBIN, Dias Ricardo. A importância do pré-natal na atenção básica. Minas Gerais, 2014.

BARBIERI MC, BERCINI LO, BRONDANI KJ DE M, FERRARI RAP, TACLA MTGM, SANT'ANNA FL. Aleitamento materno: orientações recebidas no pré-natal, parto e puerpério. *Semin. Cienc. Biol. Saúde [Internet]*. 4º de julho de 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminabio/article/view/16480>. Acesso em: 04 jun. 2023

BEZERRA, A. E. M., BATISTA, L. H. C., & SANTOS, R. G. DE A. (2020). Amamentação: o que pensam as mulheres participantes de um grupo de pré-natal?. *Revista Brasileira De Enfermagem*, 73(3), e20180338. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0338>. Acesso em: 08 jun. 2023.

BOCCOLINI, C. S. et al. Tendência de indicadores do aleitamento materno no Brasil em três décadas. *Revista de Saúde Pública*, n. 108, p. 1-9, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2017051000029>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BOCCOLINI, C. S.; CARVALHO, M. L.; OLIVEIRA, M. I. C. Fatores associados ao aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida no Brasil: revisão sistemática. *Revista de Saúde Pública*, v. 49, n. 91, p. 1-16, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2015049005971>>. Acesso em: 15 abr. 2023.



BORTOLINI, GA. VITOLO, MR. Importância das práticas alimentares no primeiro ano de vida na prevenção da deficiência de ferro. Scielo –2010. <https://revistasfacesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/64/29>. Acesso em: 25 jun. 2023

BRASIL. Ministério da saúde. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar. Editora MS, Brasília, 2015.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança - Aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília, 186 páginas. 2ª edição, Cadernos de Atenção Básica, nº 23, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 1. ed. rev. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Cadernos de Atenção à Saúde. Saúde da criança: nutrição infantil, aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2015. Disponível em <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf> Acesso em 24 Abr. 2023

CABRAL, P. P.; BARROS, C. S.; VASCONCELOS, M. G. L. de, JAVORSKI, M.; PONTES, C. M. Motivos do sucesso da amamentação exclusiva na perspectiva dos pais. Rev. Eletr. Enf. [Internet], 15(2), p. 454-62, 2013.

CONCEIÇÃO, Carla da Silva et al. Qualidade assistencial do banco de leite humano: percepção de usuárias. Revista de enfermagem UFPE, Recife, v. 7, n. 5, p. 1271- 1278, maio. 2013.

FERREIRA, G.R.; D'ARTIBALE, E.F.; BERCINE, L.O. Influência da prorrogação da licença maternidade para seis meses na duração do aleitamento materno exclusivo. REME, v.17, n.2, 2013.

FURTADO, L.; ASSIS, T. Diferentes fatores que influenciam na decisão e na duração do aleitamento materno: Uma revisão da literatura. Movimenta (ISSN 1984-4298), v. 5, n. 4, p. 303-312, 1 mar. 2018.

GIUGLIANI, E. R. J. Amamentação Exclusiva. In: Amamentação: Base Científica. Rio de Janeiro: Guanabara. 2015.

GONÇALVES AR. Aprender a ser mãe. Processos de aprendizagem de mães primíparas durante os primeiros dois meses pós-parto. Sísifo – Revista de Ciências da Educação 2008;5:59-68.

LIMA, IMSO; LEÃO, TM; ALCÂNTARA, MAR. Proteção legal à amamentação, na perspectiva da responsabilidade da família e do Estado no Brasil. Rev Direito Sanit. 2013;14(3):66-90.

MACEDO MDS, TORQUATO IMB, TRIGUEIRO JVS, ALBUQUER-QUE AM, PINTO MB, NOGUEIRA MF. Aleitamento materno: identificando a prática, benefícios e os fatores de risco para o desmame precoce. Rev enferm UFPE online. 2015;9(1):414-23.



MAIA, Maryane Gomes et al. Indicador de qualidade da assistência pré-natal em uma maternidade pública. JPMHC. Journal of Management and Primary Health Care, v. 5, n. 1, p. 40-47, mar. 2014.

MOREIRA, A. S. H.; MURARA, A. Z. Aleitamento materno, desmame precoce e hipogalactia: O papel do nutricionista. Revista Eletrônica da Faculdade Evangélica do Paraná, v.2, n.2, p.51-61, 2013. Disponível em: <<http://www.fepar.edu.br/revistaelectronica/index.php/revfepar/article/view/47>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MOURA LP, OLIVEIRA JM, NORONHA DD, TORRES JDRV, OLIVEIRA KCF, TELES MAB. Percepção de mães cadastradas em uma estratégia saúde da família sobre aleitamento materno exclusivo. Rev enferm UFPE online. 2017;11(3):1403-9.

NUNES, Leandro Meirelles. Importância do aleitamento materno na atualidade. Boletim científico de pediatria. Porto Alegre. Vol. 4, n. 3, 2015, p. 55-58, 2015.

OLIVEIRA, F. L. A.; CARIELLO, M. P.; DINELLY, E. M. P. Influência da amamentação e do uso de chupetas no desenvolvimento do sistema estomatognático de bebês. Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC), v. 3, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/eedic/article/view/882/630>>. Acesso em: 17 Abr. 2023.

ROCHA, N. B.; GARBIN, A. J. I.; GARBIN, C. A. S.; SALIBA, O.; MOIMAZ, S. A. S. Estudo Longitudinal sobre a Prática de Aleitamento Materno e Fatores Associados ao Desmame Precoce. Pesq. Bras. Odontoped. Clin. Integr., João Pessoa, 13(4), p. 337- 42, 2013.

RODRIGUES AP, PADOIN SM DE M, GUIDO L DE A, LOPES LFD. Fatores do pré-natal e do puerpério que interferem na autoeficácia em amamentação. Esc Anna Nery [Internet]. 2014 Apr;18(2):257–61. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20140037>. Acesso em: 06 jun. 2023

REGO José. Dias. (Ed). Aleitamento Materno. 3 ed. São Paulo: Atheneu; 2015. p. 161-184.

ROCHA, E.M.A., et al., (2020). Aleitamento materno, amamentação tranquila e prazerosa: um relato de experiência. Research, Society and Development, 9(7),1-8, e155974006. Disponível em: <<https://rsd.unifei.edu.br/index.php/rsd/article/view/4006>>. Acesso em: 17 abr. 2023

RUFINO, VSP. Investigação das causas do desmame precoce em mães picoenses. 2014 [Monografia]. Picos: Universidade Federal do Piauí; 2014. 47 p. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/cobeeon/63846-investigacao-das-causas-do-desmame-precoce-em-maes/>> Acesso em 12 Abr. 2023.

SOUZA SNDH, MELLO DI, AYRES JR CM. O aleitamento materno na perspectiva da vulnerabilidade programática e do cuidado. Cad Saúde Pública. 2013; 29(6):1186-94.

URBANEZ, AA. Ginecologia e obstetrícia Febrasgo para o médico residente. Barueri, SP: Manole, 2016.

VENANCIO, S. I.; SALDIVA, S. R. D. M.; MONTEIRO, C. A. Tendência secular da amamentação no Brasil. Rev. Saúde Pública, 47(6), p. 1141-8, 2013.